

Governo crê que vem de fora a ameaça a Funaro



Andrei Meirelles

O governo e o PMDB identificaram um complô, armado por banqueiros internacionais, para desestabilizar o governo Sarney e derrubar o ministro Dilson Funaro, inviabilizando a estratégia brasileira de endurecimento na renegociação da dívida externa. Decidiram, então, desencadear uma poderosa contra-ofensiva: dar força total a Funaro. O deputado Ulysses Guimarães, depois da reunião da Executiva Nacional do PMDB, garantiu que o ministro será bastante fortalecido, admitindo, inclusive, como uma alternativa para isto a criação de um Ministério da Economia. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, após uma longa conversa com Ulysses, anunciou gravemente: "Vou à tribuna denunciar um complô contra Sarney. A esquerda não está entendendo que há uma orquestração externa para arrebentar com a força com que o governo está conduzindo a questão da dívida externa". Mais tarde, Luiz Henrique adiou de ontem para hoje o discurso na sessão da Constituinte.

A primeira vítima da reação do PMDB foi o requerimento de convocação do ministro Dilson Funaro pela Constituinte. No Governo, ele foi considerado uma tentativa de enfraquecer o ministro, concebida pela direita, e na qual a esquerda teria embarcado ingenuamente. Funaro irá na próxima quarta-feira à bancada do PMDB, em reunião que a cúpula do partido pretende transformar numa grande manifestação de apoio ao endurecimento na renegociação da dívida externa.

No Governo, os indícios de um jogo pesado por parte dos credores internacionais, com respaldo interno de forças conservadoras, inclusive na Constituinte, vêm sendo registrados desde a negociação com os bancos oficiais no Clube de Paris.

Após a queda do presidente do Banco Central, Fernando Bracher, que defendia uma linha mais moderada na renegociação com os credores privados, teria, segundo a avaliação de integrantes do Governo e dirigente do PMDB, ocorrido um recrudescimento desta ofensiva de inspiração internacional. Nas últimas horas, ela chegou a seu ponto culminante: a pressão dentro e fora da Constituinte para derrubar Funaro. O discurso do líder do PFL, deputado José Lourenço, profundamente contraditório com todas as suas declarações anteriores sobre a dívida externa, causou surpresa e apreensão no Governo e no PMDB. Desde a noite de quarta-feira diversas cópias do discurso circularam nas mãos de importadores pessoais do Governo e do PMDB, chegando pelo

presidente Sarney ontem pela manhã, quando recebeu o deputado João Herrmann para uma conversa sobre o quadro político e econômico do País.

Lourenço e FMI

Lourenço não escondia ontem à tarde a irritação com a vinculação de seu nome com a tentativa de desestabilização do Governo. Mas não explicou a coincidência, constatada por técnicos do Governo entre o seu discurso e recentes documentos do FMI. Dentro do PMDB, o pronunciamento de Lourenço foi considerado uma jogada ousada dos credores, que teriam utilizado para isto os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Francisco Dornelles. Segundo esta avaliação, o líder do PFL, conciente ou não, teria sido um mero instrumento em mais um capítulo do jogo pesado dos credores.

O complô

A temperatura na Constituinte subiu muito quando deputados do PMDB como Miro Teixeira, João Herrmann, Luiz Henrique e Ibsen Pinheiro, justamente os encarregados pelo Colégio de Líderes para as conversas

goricamente, por exemplo, qualquer vinculação ao FMI. Em plena madrugada, quando o embaixador Alvaro Alencar deu um verdadeiro ultimato, bancado diretamente pelo presidente José Sarney de Brasília, um corre-corre internacional agitou os principais gabinetes de finanças dos países desenvolvidos. Funaro atendeu altas horas da noite a inusitados telefonemas dos ministros das Finanças dos Estados Unidos, da França e da Alemanha. Resultado: saiu o acordo com o Clube de Paris.

Os banqueiros privados ficaram preocupados e decidiram jogar pesado, enfraquecendo a posição brasileira. Eles apostaram em Bracher, que, na opinião deles, tinha uma posição mais compreensiva e passaram, com a ajuda de aliados internos, a tentar enfraquecer Funaro.

Sarney já tinha demonstrado firmeza. Quando os empresários ameaçaram com a desobediência civil, em momento delicado das negociações externas, Sarney decidiu responder pessoalmente e com veemência, chamando os empresários de anarquistas e fazendo claramente uma vinculação das pressões externas e internas.

As pressões, principalmente através da imprensa nacional e internacional, continuaram. A reunião dos governadores em Brasília reforçou a posição do Governo Federal e Sarney, aproveitando o jantar que ofereceu no Palácio da Alvorada, fez uma profissão de fé que impressionou bastante à cúpula do PMDB.

A ofensiva externa prosseguiu. O jogo para derrubar Funaro produziu o efeito contrário: caiu Bracher. Os credores se alarmaram. Neste contexto, são interpretadas desde a entrevista do presidente do City Bank, John Reed, até a recente matéria do New York Times, fartamente reproduzida na imprensa brasileira. Nos últimos dias, diversas manifestações de setores conservadores foram também interpretadas como parte deste jogo. O Governo sentiu a pressão: adiou desta para a próxima semana o início das negociações externas e articulou com o PMDB e uma parte do PFL o reforço da posição de Funaro.

Nas últimas horas, em diversas reuniões políticas, essa seqüência de fatos foi detalhada aos políticos. Real ou não, o chamado complô entrou na pauta das negociações políticas da Constituinte.

Ontem à noite, enquanto a liderança do PMDB na Câmara enviava uma delegação de deputados para mais uma rodada de conversas com Funaro, Ulysses decidiu baixar um pouco a temperatura política na Constituinte. Em entrevista, declarou não ter conhecimento da existência do plano de desestabilização do Governo.

Maioria impede que o ministro seja convocado

O PMDB, o PFL e o PTB impediram ontem, em plenário, a convocação, pela Assembléia Constituinte, do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, para dar explicações sobre a negociação da dívida externa e as propostas para superar a crise econômica interna. Por 247 votos, contra 121 a favor e duas abstenções, foi rejeitado o recurso dos pequenos partidos para que a decisão de convocação ou não do ministro fosse decidida pelo plenário da Casa, uma vez que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, havia indeferido o requerimento, mas aceitou que sua decisão fosse julgada pelos constituintes.

Às 16h30, depois de encerrado o «pinga-fogo», Ulysses Guimarães anunciou a sua decisão contrária ao requerimento das lideranças de oito pequenos partidos, alegando que as normas provisórias que regulam, nesta fase inicial, os trabalhos da Casa não contemplam a convocação de ministros de Estado.

Diante da negativa do presidente da Constituinte, o líder do PDC na Câmara, José Maria Eymael (SP), pediu que Ulysses colocasse em votação o requerimento de convocação do ministro Dilson Funaro. O presidente, então, colocou em votação não o requerimento, mas o recurso de Eymael para que o próprio plenário examinasse se queria ou não decidir sobre a convocação de Funaro.

Votação

Antes de iniciar a votação, os líderes do PMDB, do PFL e do PTB, deputados Luis Henrique, José Lourenço e Gastone Righi, orientaram, pelo microfone, suas bancadas para votarem contra o recurso do PDC.

Apesar da mobilização dos pequenos partidos, levando para plenário quase todos os seus constituintes, a maioria representada pelos partidos governistas na Constituinte (PMDB, PFL e PTB) garantiu o placar a seu favor.

Soberania foi posta à prova, diz Genoíno

Mesmo com a derrubada do requerimento de convocação do ministro Dilson Funaro, houve uma afirmação da soberania da Constituinte nesse episódio. Essa é a interpretação do deputado José Genoíno, do PT, que considerou vitorioso o movimento que as lideranças dos pequenos partidos desfecharam na última quarta-feira, para testar a soberania da Constituinte, através da convocação de Funaro.

Segundo Genoíno, a presença do ministro era importante, mas o fato de o requerimento ter sido posto em votação já foi suficiente para caracterizar que a Assembléia tem autonomia para decidir sobre o comparecimento de autoridades federais ao seu plenário e sobre outras questões. Quanto à rejeição do requerimento, Genoíno entende que isso serviu para evidenciar o «rolo compressor» do PMDB e que, durante a votação, «os peemedebistas foram liderados pelo líder do PFL», José Lourenço.

Para o vice-líder do PDT, Amaury Müller, a decisão de ontem «serviu para desmascarar de vez o PMDB, mostrando a falta de sinceridade daqueles que no início do mês votavam em peso a tese da Constituinte exclusiva apenas para resolver algumas questões internas do partido».

A deputada Beth Azize, do PSB, encontrou outra explicação para o recuo dos peemedebistas que defendiam a soberania da Assembléia. Ela lembrou a denúncia do *Jornal de Brasília*, segundo a qual o governo federal dispõe de 10 mil cargos para assegurar sua sustentação política no Congresso, observando a propósito: «Com tanto cargo à disposição, o PMDB ficou reduzido a isso aí, ao amém. Está pior do que a antiga Arena».

O deputado pedetista Lyzâneas Maciel afirmou que «o resultado mostra que essa é uma assembléia condicionada e supervisionada pelo Palácio do Planalto».



com o Governo, passaram a bancar publicamente a existência de um complô contra o Governo Sarney.

Na quarta-feira à noite, no gabinete do ministro da Fazenda, esses quatro deputados ouviram, perplexos, um relato de Dilson Funaro sobre a queda de ministros da economia na América Latina quando tentaram endurecer na negociação da dívida externa. Entre outros, foram citados os ministros Bernardo Grispún, da Argentina, e Jesus Silva Herzog, do México.

Em novembro, em Nova Iorque, os banqueiros começaram a sentir que não era apenas oratória o discurso oficial do Brasil de renegociar em novas bases sua dívida externa. Funaro deu uma clara demonstração de que a disposição do Brasil era para valer. Mas o primeiro teste, segundo integrantes do Governo, foi em dezembro nas negociações com o Clube de Paris.

Num clima bastante tenso, os representantes brasileiros recusaram, uma por uma, diversas propostas formuladas, rejeitando cate-

PMDB impõe condições de apoio

O governo terá o apoio da direção do PMDB se optar pela suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Mas este apoio tem condições: o partido quer, em troca, a definição mais rápida possível das novas medidas econômicas; o fim das divergências internas dentro da equipe governamental e a presença do presidente José Sarney em cadeia de rádio e televisão para explicar a população — sem intermediários — as decisões que vier a adotar.

Estas foram as principais resoluções da reunião de ontem da comissão executiva do PMDB, convocada pelo deputado Ulysses Guimarães para discutir a crise econômica do país. O encontro — ao qual não compareceram os vice-presidentes Miguel Arraes e Pedro Simon — governadores eleitos de Pernambuco e Rio Grande do Sul — foi mar-

cado pela perplexidade dos membros da executiva com a falta de iniciativa do governo, que desejam ver imediatamente restabelecida.

A saída, Ulysses Guimarães defendeu o fortalecimento do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. «Precisamos de um ministro poderoso, para enfrentar os negócios poderosos tanto no Brasil como no exterior», disse ele. Dentro da reunião, todos os outros membros da executiva pediram a Ulysses para dizer a Sarney que o partido quer unidade na condução da política econômica. E que Funaro é o mais indicado para ser fortalecido, uma vez que encontra-se imobilizado pelas pressões que vem sofrendo.

A direção do PMDB quer ver a equipe econômica unida para que o governo apresse as suas decisões. «O governo não pode ficar de um lado, o

PMDB de outro e a opinião pública de outro», pregou, no encontro, a economista Maria da Conceição Tavares. «E preciso ter unidade para agir».

Para garantir o crescimento econômico, a executiva aceita defender a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Mas só o fará se o presidente defender pessoalmente a idéia junto à opinião pública. Os membros da comissão lembraram que Sarney só foi à televisão para falar de economia quando o governo decretou a primeira edição do Plano Cruzado, isto é, apenas aproveitou-se dos lucros políticos do anúncio de medidas simpáticas. Eles acreditam que o presidente não pode, agora, delegar a missão de anunciar ações duras a um ministro, mas sim assumi-las como opções suas.